

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2019.

REF.: Informe sobre execuções sumárias ocorridas no Conjunto de Favelas da Maré (BR)

Ofício JG n° 007/2019

Senhora Comissionada Antonia Urrejola
Relatora para o Brasil da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Senhora Comissionada Margarete May Macaulay
Relatora sobre os Direitos das Pessoas Afrodescendentes e contra a Discriminação Racial

Senhor Paulo Abrão Secretário
Executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Prezadas senhoras Reladoras, prezado senhor Secretário.

A **Justiça Global** e o **Fórum Basta de Violência! Outra Maré é Possível** reportam a Vossa Senhoria informações sobre violações de direitos humanos no estado do Rio de Janeiro.

No dia 6 de maio deste ano a Polícia Civil do Rio de Janeiro realizou uma operação no Conjunto de Favelas da Maré que vitimou oito pessoas em supostos confrontos com policiais, conforme se vê na matéria publicada no portal G1 Rio de Janeiro¹.

A polícia alegou ainda que a operação foi exitosa e executada com base em dados do serviço de inteligência, apresentando como resultado a apreensão de sete fuzis, uma granada, duas pessoas presas, 8 pessoas mortas e 3 feridos. Porém, moradores contestam a versão da polícia e afirmam que pelo menos dois dos homens assassinados se renderam e foram executados pelos policiais, o que configuraria uma grave violação ao ordenamento jurídico brasileiro.

Além disso, vídeos feitos por moradores mostram rajadas de tiros sendo disparadas a esmo do helicóptero, prática expressamente proibida pelos protocolos da Secretaria de Segurança para uso de helicópteros em operações².

1

□ Vide: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/06/operacao-da-policia-provoca-intenso-tiroteio-no-complexo-da-mare-na-zona-norte-do-rio.ghml>.

2 Ressalte-se que dias antes o governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel participou de uma operação na cidade de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro da qual foram disparados tiros de um helicóptero em direção a tendas erguidas por religiosos sob alegação de que seriam esconderijos de criminosos.

Pode-se questionar, outrossim, o uso de equipamentos como helicópteros blindados e o armamento empregado em um bairro residencial. A operação, afinal, expôs crianças que voltavam da escola e moradores ao risco de serem atingidos pelos tiros, além de ter causado o fechamento de um posto de saúde, uma clínica da família e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vizinha ao conjunto de favelas³. Tal fato faz parte de um quadro em que as escolas públicas são frequentemente afetadas por incursões policiais, como constatado na matéria publicada no dia 9 de agosto de 2018, na página do G1 Rio de Janeiro, cujo trecho cita-se:

Uma em cada três escolas municipais do Rio de Janeiro perderam dias de aula por causa de tiroteios no ano passado. Um levantamento exclusivo feito pela GloboNews mostra que muitos deles, além de ficar no meio do fogo cruzado, acabam sendo vítimas da violência. Algumas unidades chegaram a ficar mais de dez dias fechadas⁴.

Cabe lembrar que, em 2016, A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, auxiliada pelos moradores e organizações da sociedade civil, impetrou Ação Civil Pública com o objetivo de reduzir danos e riscos durante atuação policial no Complexo da Maré. A Ação tramita na 6ª Vara de Fazenda Pública e, em decisão liminar confirmada pelo Tribunal de Justiça, o Estado foi obrigado a construir um plano de redução de danos para atuação policial na Maré bem como a colocar ambulância à disposição durante as operações policiais, suspender operações policiais para cumprimento de mandatos no período da noite e a instalação de sistema de GPS e Câmeras nas viaturas utilizadas na região. Entretanto, o Estado do Rio de Janeiro vem desobedecendo sistematicamente essas decisões nas operações policiais realizadas no Complexo da Maré.

Sobre o uso de Helicóptero como base de tiros, o mesmo foi questionado no seio da Ação Civil Pública, em 2018, mas o pedido foi negado pelo juízo da 6ª Vara de Fazenda Pública, seguindo em recurso na 2ª instância, sem previsão de audiência.

Segundo dados da Redes da Maré, entre 2016 e 2018, ocorreram 90 operações policiais com registro de intensos confrontos armados que impactaram no cotidiano de quem vive na Maré. Uma

3

□ Vide: https://extra.globo.com/casos-de-policia/operacao-da-core-deixa-oito-mortos-no-complexo-da-mare-23644876.html?utm_source=WhatsApp&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar.

4

□ Vide: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/09/uma-em-cada-tres-escolas-municipais-do-rio-fechou-por-caoa-de-tiroteios-no-ano-passado.ghtml>

das principais consequências é a suspensão das atividades em serviços públicos, comércios e organizações não governamentais. Apenas no ano de 2017, as escolas da Maré tiveram que suspender suas atividades por 35 dias. O estudo aponta que caso se mantenha esse padrão de fechamentos das escolas, ao final de um ciclo básico escolar (14anos), os alunos da Maré terão menos 2 anos e 6 meses de aulas do que os alunos do restante da cidade

Diante das circunstâncias envolvendo o caso que apontam indícios de execuções sumárias, faz-se necessária a apuração rigorosa dos fatos. Diante disso, a Deputada Estadual Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos (CDDHC/ALERJ) apresentou uma Representação ao Ministério Público Estadual requerendo a instauração do procedimento necessário à apuração dos fatos narrados; a apuração da existência de eventual ato capaz de ensejar responsabilidade criminal e/ou administrativa dos agentes envolvidos; e que as medidas adotadas sejam informadas ao seu Gabinete.

Tais situações vem ocorrendo de forma reiterada ao longo dos últimos anos – como é de conhecimento de V.S^a – em locais densamente povoados nos quais reside uma maioria de afrodescendentes e migrantes pobres em contraste com outros locais da cidade nos quais as polícias cumprem as leis vigentes. Ressalte-se também que somente no ano corrente, de janeiro a março, 434 pessoas foram mortas pelas forças de segurança no estado⁵, mortes que tem sido respaldadas pelo discurso público do governador em exercício que frequentemente participa de forma direta ou indireta de tais operações.

Assim, a **Justiça Global** e o **Fórum Basta Violência! Outra Maré é Possível** expressam sua preocupação com o possível agravamento da situação na segurança pública no Rio de Janeiro e o aumento do número de execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais que vêm a reboque de declarações públicas de autoridade. É com base no caso relatado e no contexto político que o cerca que gentilmente solicitamos que Vossas Senhorias possam se manifestar sobre

1. a necessária perícia técnica independente dos órgãos policiais para cada um dos oito casos;
2. o acesso aos laudos cadavéricos;
3. o necessário controle dos disparos das armas de fogo;
4. a proibição do uso do helicóptero equipado com fuzis;

Sem mais para o momento colocamo-nos à disposição,

Campanha Caveirão Não!

Fórum Basta de Violência Outra Maré é Possível!

Fórum Grita Baixada

Justiça Global

Mandato do Deputado Marcelo Freixo

Mandato da Deputada Talíria Petrone

Observatório de Favelas

Redes da Maré

Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência